

FACULDADE ATENAS

MÉRCIA PERES DE QUINTA

PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA: contribuições para o sucesso
do trabalho escolar na educação infantil.

Paracatu

2017

MÉRCIA PERES DE QUINTA

PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA: contribuições para o sucesso do trabalho escolar na educação infantil.

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade Atenas, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de Concentração: Área Escolar

Orientadora Prof^ª: Msc. Jordana Vidal Santos Borges.

Paracatu

2017

MÉRCIA PERES DE QUINTA

PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA: contribuições para o sucesso do trabalho escolar na educação infantil.

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade Atenas, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de Concentração: Área Escolar

Orientadora Prof^a: Msc. Jordana Vidal Santos Borges.

Banca Examinadora:

Paracatu/MG, _____ de _____ de _____.

Prof^a. Msc. Jordana Vidal Santos Borges
Faculdade Atenas

Prof^a. Msc. Hellen Conceição Cardoso Soares
Faculdade Atenas

Prof^a. Msc. Jane Fernandes Viana do Carmo
Faculdade Atenas

Dedico a todos aqueles que
estiveram comigo nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, princípio de tudo.

Aos meus pais já falecidos, Ana Abadia Panta Peres e Benedito Peres de Quinta.

Ao meu esposo Edson Moreira, familiares e amigos.

À Faculdade Atenas e seu corpo docente, em especial a minha orientadora Jordana Vidal Santos Borges, por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação de caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, pela dedicação a mim e aos colegas, meu eterno agradecimento.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, meu muito obrigada!

Por melhor que seja uma escola, ela nunca vai suprir a carência de uma família ausente. Portanto, a família deve participar de verdade do processo educativo de seus filhos.

Gabriel Chalita (2014).

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo geral investigar teoricamente a importância da parceria família e escola no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da Educação Infantil. Os dados apurados demonstram que é preciso que a família tenha consciência do seu papel na formação das crianças e também do papel da escola, não atribuindo a esta última, suas obrigações. Porém, todos os autores reconhecem que as famílias não estão conseguindo desempenhar bem as suas funções em detrimento de fatores surgidos pelas mudanças sociais ocorridas no decorrer do tempo. Conclui-se que as famílias estão depositando na escola suas próprias atribuições, o que prejudica o trabalho pedagógico que deveria dirigir-se aos aspectos necessários ao desenvolvimento integral das crianças.

Palavras Chave: Relação escola/família. Educação Infantil. Desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

The objective of this study was to general investigate theoretically the importance of partnership family and school in the development and learning of students of Early Childhood Education. The findings show that it is necessary that the family is aware of its role in the formation of children and also the role of the school, not assigning the latter, their obligations. However, all the authors recognize that families are not able to perform well their duties to the detriment of factors encountered by social changes that have occurred in the course of time. It is concluded that the families are put in school their own responsibilities, which affect the educational work that should be working the aspects necessary for integral development of children.

Keywords: Relationship between schools and families. Early Childhood Education. Child Development.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA	11
1.2 HIPÓTESE	11
1.3 OBJETIVOS	11
1.3.1 OBJETIVO GERAL	11
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	11
1.5 METODOLOGIA DO ESTUDO	12
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	12
2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	13
2.1 ASPECTOS LEGAIS	15
3 INFÂNCIA E EDUCAÇÃO	20
4 PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA	23
4.1 VIDA ESCOLAR DA CRIANÇA E A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se que a relação escola/família passa por grandes desafios, tanto na educação quanto no meio familiar, pois no mundo de hoje são grandes as dificuldades. Por isso, é necessário dar o apoio que as crianças necessitam, para que elas possam estar preparadas para enfrentar os desafios e se formar excelentes cidadãos.

Falar do papel da família na vida escolar da criança é importante, pois é na escola que recebe as primeiras orientações sobre a vida. Entende-se assim, que a família é como um berçário responsável pelos primeiros passos no caminho do desenvolvimento rumo à socialização; é onde a criança tem o seu primeiro contato com o relacionamento e a convivência, até chegar ao ponto de sua trajetória escolar; porém, antes que isto ocorra, os pais têm o papel de educar e projetar o ensino no decorrer do seu desenvolvimento.

A colaboração entre família e a escola é importante em todas as etapas educativas, se pretendermos conseguir um desenvolvimento harmônico da pessoa. Também, lembra Borba (2005), pode-se destacar que essa relação deve ir modificando-se, mas que sempre é muito necessária. Na etapa da educação secundária, convém que, em determinados momentos, os jovens possam ter autonomia diante de certas decisões escolares e que as medidas de controle que os pais exercem adaptem-se à nova situação.

Durante o primeiro ciclo de Educação Infantil, acrescentam Barreto e Rabelo (2009), os pais e as educadoras precisam estar de acordo nos aspectos essenciais, como os hábitos alimentares, os ritmos diários, o controle das necessidades básicas, etc. Além do mais, é preciso que a criança perceba que está em dois contextos que não são estranhos entre si.

Também é preciso que os professores e os familiares possam compartilhar as angústias, as dúvidas, os questionamentos que surgem no decorrer do processo de desenvolvimento das crianças, sobretudo nos primeiros anos de vida.

1.1 PROBLEMA

Qual a importância da parceria família e escola no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da Educação Infantil?

1.2 HIPÓTESE DE ESTUDO

Diante desse problema exposto presume-se, inicialmente, que a interação da família com a escola tem contribuído positivamente para o resultado do desenvolvimento global dos alunos a partir da melhoria no ensino e no aspecto emocional do aluno.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Investigar sobre a importância da parceria família e escola no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da Educação Infantil.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) conceituar historicamente a etapa denominada Educação Infantil e suas concepções;
- b) relacionar as particularidades da relação existente entre a infância e a educação;
- c) conhecer o aspecto histórico e legal da Educação Infantil.

1.4 JUSTIFICATIVA

A proposta de pesquisa apresentada refere-se a um tema que muito interessou-me devido à realização do estágio curricular supervisionado obrigatório, no curso de Pedagogia. O interesse em abordar este assunto surgiu a partir do objetivo de trabalhar a relação escola/família no processo de aprendizagem dos alunos.

Esta pesquisa pretendeu analisar a base de fundamentação da importância da parceria família e escola no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da

Educação Infantil, período no qual prevalecem as aprendizagens, hábitos e atitudes familiares.

Outro fator que justifica a pesquisa é o fato de que, no estágio, não se comprovou a participação constante da família na escola e ocorreram atitudes que levam à interpretação de falta de acompanhamento familiar, como elevado número de faltas, comparecimento sem material, tarefas sem realizar, falta de pais e responsáveis nas reuniões e outras mais.

1.5 METODOLOGIA DO ESTUDO

Para a realização desta pesquisa foi adotado o procedimento metodológico denominado pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, com propriedades exploratórias, explorando ao máximo as informações levantadas ao longo dos estudos. Assim, pretendeu-se selecionar fontes que possibilitassem um trabalho rico e bem fundamentado, que apresente as concepções acerca do tema de forma clara e atual.

Severino (2007) explica que a pesquisa bibliográfica se faz necessária para a construção de um referencial teórico coerente que sustente o tema de abordagem com base em autores que já escreveram sobre o mesmo assunto de pesquisa, possibilitando a elaboração de um trabalho mais rico e amplo.

A grande vantagem desse tipo de pesquisa, entende Severino (2007), é o fato de permitir ao pesquisador o acesso a uma ampla variedade de fontes que apresentam os diversos contextos pertinentes ao tema pesquisado. Isso facilita o confronto entre as teorias e permite uma melhor discussão.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este estudo encontra-se estruturado em cinco capítulos. No capítulo 1 é apresentada a Introdução ao tema, composta também pela problemática, hipótese, justificativa, objetivos e metodologia.

No capítulo 2 apresenta o surgimento e evolução da etapa denominada Educação Infantil, surgimento e evolução.

Em seguida, no capítulo 3, investigou-se a relação infância e educação.

No capítulo 4 são apresentadas as concepções que defendem a participação da família no âmbito escolar como fator de sucesso para o desenvolvimento escolar dos alunos da educação infantil.

No último capítulo, de número 5, são relatadas as considerações finais elaboradas após todo o estudo realizado.

2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, devido ao crescimento da população de órfãos e à deterioração do ambiente das cidades, a importância das instituições que cuidavam da educação infantil se destacou. Del Priori (2001) relata que programas de atendimento a crianças pequenas, buscando reduzir a mortalidade infantil, começaram a conviver com os programas de estimulação precoce desenvolvidos nos lares e nas creches com orientação de especialistas da área de saúde.

Para Del Priori (2000) a sistematização de atividades para crianças pequenas com o uso de matérias especialmente confeccionados foi realizada por dois médicos interessados pela educação: Ovídio Decroly e Maria Montessori. Decroly (1871-1932), médico belga que trabalhava com crianças excepcionais, elaborou, em 1901, uma metodologia de ensino que propunha atividades didáticas baseadas na consideração da totalidade do funcionamento psicológico e no interesse da criança, de acordo com as peculiaridades próprias do pensamento infantil.

O nome da psiquiatra italiana, Maria Montessori (1879-1952), esclarece Del Priori (2000), inclui-se na lista dos principais construtores de propostas que buscavam sistematizar a educação infantil no século XX. Como era responsável pela seção de crianças portadoras de deficiência mental em uma clínica psiquiátrica romana, elaborou uma metodologia de ensino com base nos estudos dos médicos que propunham o uso de matérias apropriadas com recursos educacionais.

Oliveira (2002) salienta que Montessori propunha uma pedagogia científica da criança, ao mesmo tempo em que se opunha às concepções entendidas como materialistas. Dessa forma, interessava-se pela educação voltada para o desenvolvimento da espiritualidade. Contrariamente ao pensamento de Rousseau, defensor da autoeducação Montessori rejeitava a ideia da natureza como ambiente mais apropriado para o desenvolvimento infantil. Por outro lado, era favorável à criação de um contexto mais adequado às possibilidades individuais da criança e mais estimulante para seu desenvolvimento, particularmente nos “momentos sensíveis” deste. Nesse contexto, a criança era disciplinada pela tarefa que a ocupava. Ao educador caberia uma atitude discreta de preparação do ambiente e de observação das iniciativas infantis. Ele atuaria como um cenógrafo e uma figura de referência e

proporcionaria à criança um contexto no qual seus impulsos interiores se transformariam em atividade própria.

Sua proposta, entende Del Priori (2000), desviava a atenção da prática de brincar e a levava para o contexto material, que estruturava a atividade própria da criança, representado pelo brinquedo. Montessori elaborou vários instrumentos voltados para o uso na educação motora e também na educação dos sentidos e da inteligência. Além disso, também defendeu e valorizou a redução do tamanho dos móveis usados nas pré-escolas e nos objetivos domésticos comumente usados pelas crianças nos brinquedos de casinha de boneca.

Segundo Pereira (2001) destacaram-se na pedagogia e na psicologia, depois da Primeira Guerra Mundial, as concepções de infância como etapa de valor positivo e de respeito à natureza. Essas mesmas ideias incentivaram o movimento de renovação da escola que originou o Movimento das Escolas Novas, contrário à concepção de que a escola deveria preparar a vida com uma visão centrada do adulto, desconhecendo as características do pensamento infantil e os interesses e necessidades próprios da infância. Para ele, a aprendizagem não se faria pela recepção passiva de conteúdo já formulada, mas pela atividade da criança em experimentar, pensar e julgar, especialmente em pequenos grupos.

Para Kramer (2003) no campo da psicologia, uma série de autores oferecia novas formas de compreender e promover o desenvolvimento das crianças pequenas. Vygotsky, entre 1920 e 1930, defendia que a criança é introduzida na cultura social por indivíduos mais experientes, por isso destacava o valor da afetividade nas diferentes formas como cada criança aprende a fazer para si e para outros. Os psicanalistas entendiam que o comportamento infantil devia ser interpretado e não apenas aceito. Mais adiante as pesquisas de Piaget revolucionaram as ideias dominantes acerca da criança, levando-as à evolução gradativa por meio das teorias pedagógicas, tornando-se alvo de maior atenção à educação infantil.

Kramer (2003) acrescenta que novos protagonistas destacaram-se ainda que na primeira metade do século XX. Celestin Freinet (1896-1966) foi um dos educadores responsável pela renovação das práticas pedagógicas da época. Entendia que a educação dada à criança pela escola devia ir além dos limites da sala de aula, integrando-se às experiências vividas no contexto social. Deveria favorecer ao máximo a autoexpressão e sua participação em atividades cooperativas, a qual lhes proporcionaria a oportunidade de envolver-se no trabalho partilhado e em

atividades de decisão coletiva, básicos para o desenvolvimento. A seu ver, as atividades manuais e intelectuais permitem formação de uma disciplina pessoal e a criação do trabalho-jogo, que associa atividade e prazer e é por ele encarado como eixo central de uma escola popular.

Kramer (2003) ainda lembra que na década de 50 notava-se a ideia da criança como portadora de direitos. Tal destaque aparece expresso na Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela Organização das Nações Unidas, em 1959, em decorrência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, apresentada em 1948.

2.1 ASPECTOS LEGAIS

Barros (2012) afirma que a expansão da Educação Infantil começou a acontecer a partir do final da década de 1960, nos países europeus e em algumas nações americanas. No Brasil, essa evolução começou a partir da década de 1970 tendo como principais fatores a urbanização crescente, maior participação e inserção gradativa da mulher no mercado de trabalho, surgimento de movimentos sociais mais expressivos e chegada de novas teorias educacionais no país.

Foram destaques, segundo Barros (2012), a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, dispositivos legais que trouxeram grandes contribuições para a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996, onde ratifica-se a Educação Infantil como dever de Estado e um direito social.

Nesse contexto, Souza (2007) esclarece que a educação institucional de crianças pequenas surgiu no Brasil nos anos finais do século XIX por meio do setor privado, onde a educação pré-escolar era voltada para as elites. Neste período, a educação infantil fora do espaço domiciliar nasceu a partir do surgimento de novas demandas, como instrumento estatal de combate à pobreza.

Mais adiante, continua Marafon (2011), no século XX, a educação brasileira começou a acompanhar as transformações econômicas, políticas e sociais que começaram a surgir, podendo-se destacar a discussão em torno do cuidado infantil, da preservação e preparação da infância.

De acordo com Melo (2010) em meados de 1920 era defendida a democratização do ensino e, já nessa época, a educação significava possibilidade

de crescimento social, sendo defendida como direito de todas as crianças, que deveriam ser vistas e tratadas como iguais. Até essa data as instituições de educação infantil existentes adotavam caráter essencialmente filantrópico.

A partir da década de 1930, continua Melo (2010), o Estado passou a assumir a responsabilidade de recrutar financiamento junto aos órgãos privados que seriam colaboradores das práticas de proteção da infância. Assim, vários órgãos foram criados para oferecer assistência infantil, tais como os Ministérios da Saúde, da Justiça e o já extinto, de Negócios Interiores. Também surge a Previdência e Assistência social, o Ministério da Educação e várias instituições por iniciativa privada. Neste período deu-se início à organização das creches, jardins de infância e pré-escolas de maneira desordenada, buscando soluções imediatas para os problemas infantis.

Na década seguinte, acrescenta Duarte (2012), em 1940, foi implantado o Departamento Nacional da Criança com objetivo de ordenar e organizar as atividades voltadas à infância, à maternidade e à adolescência, sob comando do Ministério da Saúde. Em meados de 1950 ganhou destaque a tendência médico-higiênica defendida pelo Departamento Nacional da Criança, onde eram desenvolvidos vários programas e campanhas que buscavam o combate à desnutrição, a popularização da vacinação e realização de estudos e pesquisas médicas pelo Instituto Fernandes Figueira. Paralelamente era fornecida ajuda técnica para criação, ampliação ou reformas em instituições voltadas à proteção materno-infantil, representadas pelos hospitais e maternidades.

Na próxima década, aponta Marafon (2011), o Departamento Nacional da Criança foi enfraquecido e precisou transferir algumas responsabilidades para outros setores, continuando o predomínio do caráter médico-assistencialista, onde destacavam-se as ações voltadas à redução da mortalidade materna infantil.

Para Souza (2007) os anos de 1970 representaram um marco para a educação, pois ocorreu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692, de 1971, na qual havia uma referência à educação infantil como responsabilidade das escolas maternas, dos jardins de infância e de instituições semelhantes. Outro destaque da mesma lei era o fato de que sugeria que empresas particulares, onde houvesse mulheres com filhos menores de sete anos, deveriam fornecer o atendimento a estas crianças, com possibilidade de auxílio do poder público. A mesma lei foi considerada superficial e de difícil cumprimento, sendo alvo de

variadas críticas, principalmente pelo fato de que não existia estímulo para que as empresas tivessem interesse em criar pré-escolas.

Segundo Melo (2010) a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reafirmou o atendimento gratuito em creches e pré-escolas como um dever do Estado. Além disso, estabeleceu que o atendimento dessa demanda estivesse sob responsabilidade dos municípios, exigindo que todas as instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, seriam inseridas no sistema de ensino.

Barros (2012) acredita que a Educação Infantil, de acordo com a nova LDB, passou a ser ofertada em espaços educacionais onde as propostas enfatizam o aspecto pedagógico, sendo atribuição da União a coordenação da Política Nacional de Educação e ao município, caberia a oferta da educação infantil em creches e pré-escolas, entretanto, mantendo como prioridade o ensino fundamental. Cabe ao município instituir normas complementares às leis maiores, promover autorização, credenciamento e supervisão dos estabelecimentos de seus sistemas públicos de ensino e dos particulares.

No ano de 1998 o Ministério da Educação e Desporto (BRASIL, 1998), publica o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) atendendo às diretrizes da LDB 9.394/96, integrando os documentos denominados Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados pelo Ministério da Educação. O RCNEI foi elaborado após a realização de um amplo debate nacional, do qual participaram professores e outros profissionais que atuam com crianças que ofereciam sua experiência para a reflexão acadêmica e científica.

Nas palavras de Marafon (2011) o RCNEI é visto como um avanço na educação infantil, pois buscou soluções educativas para superar a tradição assistencialista existente nas creches e também auxiliou a antecipação da escolaridade das pré-escolas. Tinha como meta guiar uma reflexão educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para aqueles profissionais atuantes diretos com crianças de zero a seis anos, considerando os estilos pedagógicos e a diversidade cultural da clientela.

Entende-se que a evolução da Educação Infantil teve como objetivo acabar com a visão da educação de crianças apenas como cuidados infantis dando ênfase ao aspecto pedagógico desta etapa.

Para Moyaes (1995, p.78) nova legislação sobre o ensino formulada em 1971 (Lei 5692) trouxe novidades à área, ao dispor que “Os sistemas valerão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam educação em escolas maternais, jardins de infância ou instituições equivalentes”. Nesse período, o crescimento do operariado, o começo da organização dos trabalhadores do campo para reivindicar melhores condições de trabalho, a incorporação crescente também de mulheres da classe média no mercado de trabalho, a redução dos espaços urbanos propícios às brincadeiras infantis, como os quintais e as ruas, fruto da especulação imobiliária e do agravamento contribuíram para que a creche e a pré-escola fossem novamente defendidas por diversos segmentos sociais.

Borba (2005) entende que o aumento da demanda por pré-escola incentivou, na década de 70, o processo de municipalização da educação pré-escolar pública, com a redução de vagas nas escolas estaduais de ensino e sua ampliação nas redes municipais, políticas intensificadas com a aprovação da Emenda Calmon à Constituição Nacional (1982), que vinculava um percentual mínimo de 25% das receitas municipais a gastos com o ensino em geral. Em 1972 já havia 460 mil matrículas nas pré-escolas em todo o país.

Para Oliveira (2002), após a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde ficou instituído que 50% da aplicação obrigatória de recursos em educação fosse destinada aos programas de alfabetização, ocorreu expansão do número de pré-escolas e também uma pequena melhoria no nível de formação docente, muitos deles já incluídos em quadros de magistério.

As Diretrizes de 1999, aponta Oliveira (2002), defenderam um novo paradigma de atendimento com base na Constituição Federal de 1988, que definiu o direito à educação das crianças de zero a cinco anos de idade em instituições de Educação Infantil como um direito social não apenas dos filhos de trabalhadores rurais e urbanos, mas também como um direito da criança.

Tais Diretrizes, nas palavras de Pereira (2001), trataram o cuidar e o educar como aspectos indissociáveis e defenderam uma concepção de criança como sujeito ativo que interage como um mundo por meio da brincadeira e principalmente como alguém com direito de viver sua infância; daí as preocupações, manifestadas no parecer, em combater a antecipação de rotinas e práticas características do Ensino Fundamental para orientar o trabalho com as crianças pequenas.

3 A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO

Segundo Antunes (2001) a atual etapa reconhece o direito de toda criança à infância tratando-a como um sujeito social ou ator pedagógico desde a primeira infância. Entende-a como o agente que constrói o conhecimento e está sujeito à autodeterminação; é ativa na busca pelo conhecimento, na elaboração da fantasia e da criatividade, possuidora de grande capacidade cognitiva e social. A inteligência infantil e suas próprias construções são cada vez mais valorizadas, também pela indústria cultural e de entretenimento, além da publicidade. Os conteúdos escolares tradicionais trabalhados com as crianças são esquadrihados pelos educadores infantis, como objeto de metodologias de ensino voltadas para o maior objetivo da escola: o saber. Para as crianças, cada vez mais são produzidas brinquedos educativos e literatura própria.

A primeira infância constitui, para Borba (2005), um campo mercadológico: brinquedos, roupas, discos, espetáculos, espaços públicos e até pedagogias. A escola maternal, no seu todo, torna-se uma espécie de grande brinquedo educativo. Todo esse processo solicitou grandes transformações aos educadores, que tiveram de questionar suas próprias, buscar formação escolar básica e/ou formação profissionais especializadas.

No período precedente à proclamação da República, continua Nicolau (2007), observam-se iniciativas isoladas de proteção à infância, muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil, por meio da criação de casas de amparo. Outro fator, a abolição da escravatura no Brasil, deu origem a novos problemas relativos ao destino dos filhos de escravos abolidos, antes sendo preparados para assumir a condição de seus pais. Outro fator foi o aumento do abandono de crianças e, juntos, esses fatores acarretaram a criação de creches, asilos e internatos, compreendidos até a data como instituições adequadas para cuidar das crianças pobres.

Para Nicolau (2007) a ideia de “jardim de infância” gerou muitos debates entre os políticos da época. Muitos criticavam por achá-lo muito semelhante às salas francesas de asilo, locais onde as crianças eram colocadas. Outros defendiam porque viam vantagens para o desenvolvimento infantil, a partir da influência dos que defendiam uma escola nova. O centro da discussão era o argumento de que, se os

jardins de infância possuíam objetivos voltados à caridade destinando-se aos mais pobres, não podiam ser mantidos pelo poder público.

Enquanto a questão era debatida, lembra Del Priori (2001), eram criados, em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo, os primeiros jardins de infância sob os cuidados de entidades privadas e, apenas alguns anos depois, os primeiros jardins de infância públicos, que, contudo, dirigiam seu atendimento para as crianças dos extratos sociais mais afortunados, com o desenvolvimento de uma programação pedagógica inspirada em Froebel.

Como consequência, entende Moyeles (1995), aumentou o número de creches, de classes pré-primárias e de jardins de infância no país, além de irem sendo modificadas algumas representações sobre educação infantil, com a valorização do atendimento fora da família a crianças de idade cada vez menor.

Segundo Almeida (2006), em relação ao trabalho pedagógico, no início da década de 80, muitos questionamentos eram feitos pelos técnicos e professores sobre os programas compensatórios e da concepção que havia de privação cultural na pré-escola. Acumulavam-se evidências de que as crianças das classes populares não estavam sendo efetivamente beneficiadas por esses programas. Ao contrário, eles estavam servindo apenas para uma discriminação e marginalização mais precoce delas.

Nas décadas de 80 e 90, lembra Mattioli (2004), em consequência do debate a respeito da importância de fornecer a todas as crianças estímulos cognitivos adequados como estratégia para reverter os altos índices de retenção escolar na primeira série da escolaridade obrigatória, começam a ser apresentados programas de educação infantil pela televisão transmitidos pela TV Cultura de São Paulo. Elaborados por pedagogos e outros técnicos e seguindo uma tendência experimentada em outros países, buscavam atingir também as crianças que não frequentavam a pré-escola. Com isso, a educação infantil chegava a um número maior de crianças, pelo menos até às que tinham acesso à televisão.

Neste contexto, a educação infantil engloba todos os cuidados necessários às crianças devendo ser desenvolvidos em conjunto com a educação formal, devidamente organizada e tornada um direito de todos.

Para Moyeles (1995) a expansão dos serviços de educação infantil na Europa e nos Estados Unidos foi sendo influenciada cada vez mais por teorias que apontavam o valor da estimulação precoce no desenvolvimento de crianças já a partir

do nascimento. A defesa levou pais de classe média a organizarem grupos para atendimento semanal de seus filhos pequenos, mantendo a perspectiva tradicional da família como meio predominante na educação dos filhos.

Outras descobertas científicas sobre o desenvolvimento infantil vieram na defesa da criança como ser mais ativo e transformaram as práticas familiares e o trabalho desenvolvido nas creches e pré-escolas de então, trabalho e práticas ainda impregnados de concepções ideológicas como controle social, preparação para o ensino fundamental e ação substituta da família. “As concepções desses autores apresentam uma forte valorização das relações interpessoais, da individualidade, do equilíbrio emocional, do aprender a pensar e resolver problemas com autonomia” (KRAMER, 2003, p.96).

4 PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

Para começar, pode-se dizer que a colaboração entre família e a escola é importante em todas as etapas educativas, se pretendermos conseguir um desenvolvimento harmônico da pessoa. Também, lembra Borba (2005), pode-se destacar que essa relação deve ir modificando-se, mas que sempre é muito necessária. Na etapa da educação secundária, convém que, em determinados momentos, os jovens possam ter autonomia diante de certas decisões escolares e que as medidas de controle que os pais exercem adaptem-se à nova situação.

Durante o primeiro ciclo de educação infantil, acrescentam Barreto e Rabelo (2009), os pais e as educadoras precisam estar de acordo nos aspectos essenciais, como os hábitos alimentares, os ritmos diários, o controle das necessidades básicas, etc. Além do mais, é preciso que a criança perceba que está em dois contextos que não são estranhos entre si. Também é preciso que os professores e os familiares possam compartilhar as angústias, as dúvidas, os questionamentos que surgem no decorrer do processo de desenvolvimento das crianças, sobretudo nos primeiros anos de vida.

Falar do papel da família na vida escolar da criança é importante, consideram Barreto e Rabelo (2009), pois é nela que recebe as primeiras orientações sobre a vida. Entende-se assim, que a família é como um berçário responsável pelos primeiros passos no caminho do desenvolvimento rumo à socialização; é onde a criança tem o seu primeiro contato com o relacionamento e a convivência, até chegar ao ponto de sua trajetória escolar; porém, antes que isto ocorra, os pais tem o papel de educar e projetar o ensino no decorrer do seu desenvolvimento.

Segundo Hoffman (2010, pg.16) “há famílias de todos os jeitos e tamanhos, diferentes arvores genealógica. Mas é nessa família que a criança se espelha, necessita dela para obter um bom desenvolvimento”. Compreende-se que a família assume um papel importante na vida da criança, onde o seu papel é transformador e profundo porque se a criança não se sente segura, não conseguirá ter um bom desenvolvimento, não só na vida escolar, mas também na vida pessoal.

O papel da família, acrescenta Hoffman (2010), não poderá ser enfraquecido em momento algum, pois é onde a criança se espelha e procura forças para se desenvolver e mostrar-se confiante na escola ou neste mundo de grandes evoluções. E necessário ressaltar que, tanto a escola quanto a família, são

responsáveis pelo desenvolvimento pleno de integração da criança. A família sempre terá autonomia para ocupar o espaço escolar dos seus filhos e dele participarem, e não deve haver de forma alguma inexistência de relações entre a família e a escola. Ao contrário, devem buscar se fortalecerem em uma interação constante de trabalho mútuo, visando sempre o desenvolvimento da criança.

4.1 VIDA ESCOLAR DA CRIANÇA E A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA

Para Hoffman (2010) a criança, enquanto aluno, é de inteira responsabilidade da escola; em sua identidade biológica e em âmbito familiar como filho, é responsabilidade da família. A escola tem a função de formar cidadãos preparados e críticos, indo muito além de uma simples tarefa de transmissão de conhecimento e cultural.

A vida da criança, entende Oliveira (2002), se resume nas interações sociais existentes a sua volta, tomando como ponto de partida a sua família e a escola, pois através das mesmas que a criança desenvolve suas primeiras palavras e desbrocha seu pensamento e linguagem. É na escola que a criança faz suas primeiras leituras, escreve suas palavras e cria frases e ideias, expressando seus sentimentos, construindo seus primeiros laços fora do seio familiar. Torna-se preciso que a família e escola estejam sempre unidas, para que assim sintam confiante no seu processo de ensino e aprendizagem.

Percebe-se, de acordo com Hoffman (2010), que a escola, aos olhos da sociedade e da educação, é a que projeta, ensina e trabalha juntamente com a família em seu contexto escolar; substancialmente, os melhores resultados na educação estão surgindo desta necessidade de se encontrar e de se organizar em parceria com as famílias das crianças. Acredita-se que as ações educativas de caráter humano e pedagógico poderão ser atingidas com sucesso através do auxílio, da participação e da colaboração das famílias, em uma luta crescente de progressão formativa e educativa na vida da criança.

Segundo Borba (2005) o capítulo IV do artigo 53, parágrafo único do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) (Brasil, 1990, pág. 20), determina de forma explícita que é direito dos pais e responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Entende-se, afirma Borba (2005), que a família e a escola são simultâneas

e complementares, ou seja, trazer as famílias para a realidade e o convívio escolar é importante, pois as mesmas são eixos de apoio ao ser humano como fontes de referência existencial na educação formal da criança. O objetivo de todas as atribuições da escola é transformar-se gradativamente em um ambiente rico e favorável para a aprendizagem da criança, adequado às necessidades de sua formação. Cabe à família as atribuições de acompanhar, incentivar e participar ativamente junto com a criança neste processo de aprendizagem e de formação do seu cotidiano.

Ainda afirma Novello (1997, p.134), que “os pais não podem pretender que a escola assuma integralmente a educação dos filhos, pois o lar e escola estão o tempo todo em interação.” Sendo assim a parceria escola e família não poderá deixar de existir, uma vez que as duas são condutoras do desenvolvimento da criança. Entretanto, atualmente as famílias têm deixado a desejar em suas atribuições na vida escolar dos seus filhos, engessando as funções psicológicas da criança. Por outro lado, algumas instituições têm feito pouco para fazer valer a participação ativa das famílias em seu contexto escolar, implicando um desfavorecimento na evolução do educando.

Nas palavras de Di santo (2008) cabe à escola criar ações para que a família se integre em sua função educativa, possa cumprir sua ação de contribuinte com a formação plena da criança e com sua participação, contemplar o progresso do educando em sua totalidade possibilita trabalhar a afetividade com maior empenho e são empreendidos novos valores ao educando. Como resultado a família interage no processo formador da criança e é possível observar desenvolvimento e qualidades.

Di Santo (2008, p.71) afirma que “cabe aos pais e a escola a preciosa tarefa transformar a criança imatura e inexperiente em cidadão maduro, participativo, atuante, consciente de seus deveres, direitos, possibilidades e atribuições”. Verifica-se que a escola e a família compartilham as mesmas atribuições sociais, políticas e educacionais na medida em que contribuem e influenciam na formação do cidadão, revelando autênticos sublimes no papel a que se destina nas suas atribuições. Pode-se dizer que a família e a escola estão sempre direcionando todo o percurso crescente da vida da criança, sendo necessário investir melhores conteúdos nas nobres ações educativas, para que venha ajudar a criança a se destacar no futuro, pois tanto a família quanto a escola tem algo em comum, que é o objetivo de educar e formar integralmente a criança perante a sociedade.

Segundo Hoffman (2010) percebe-se que a criança precisa se sentir motivada desde o primeiro momento em que entra na sala de aula, pois o ambiente escolar deve ser concebido como educativo, atrativo e decorativo, onde o professor deve estar atento a todos os detalhes como o modo como serão apresentadas as atividades, ter a preocupação se o aluno aprendeu-se, se está bem acomodado e como está sendo o convívio entre eles, pois só assim a criança se sentirá motivada e estará sempre atenta às aulas.

Verifica-se, entende Oliveira (2002), que o professor deve ser corajoso e cheio de esperança, pois tem possibilidades de desenvolver uma prática necessária, que seja útil às condições que a sociedade apresenta, onde existam inúmeras experiências criativas e oportunas realizadas por eles, onde possam criar medidas e oferecer oportunidades para que a criança se desenvolva, pois a escola apresenta um espaço de possibilidades que sustenta os sonhos, desejos, esperança, ética e utopia. É neste espaço que a criança se desenvolve, cria e traz as relações de valores na interação com o outro, respeitando as singularidades e as diferenças, pois se faz necessário a todo tempo a inclusão dos pais e da sociedade na vida escolar dos filhos.

Para Di Santo (2008), eventualmente, a família não oferece uma sustentação à criança, e com isto ela acaba se sentindo sozinha, podendo criar até mesmo um sentimento de raiva que acaba descontando no colega ou mesmo no professor. Diante desta problemática é de fundamental importância que a família esteja atenta à vida escolar de seus filhos, contribuindo para se sentirem realizados. O envolvimento da família na escola produz efeitos positivos, tanto nos pais como nos professores e sociedade; os pais que colaboram habitualmente com a escola ficam mais motivados e se inserem num processo de atualização e reconversão profissional, melhorando sua autoestima como os pais. Já os professores sentem-se beneficiados e podem perceber seu trabalho valorizado acabando por se esforçarem mais visando melhores resultados em seu trabalho.

Nicolau (2007) comenta que a escola, dentro de um contexto geral, passa a ganhar mais apoio da comunidade na realização de suas atividades. Normalmente, com a contribuição dos pais para a complementação escolar, quando a escola se aproxima da família, surgem resultados positivos dentro dos programas educativos que atendem aos vários públicos escolares, pois o envolvimento da comunidade propõe relações de cidadania e competências. Então o que restará para a escola será a responsabilidade de estabelecer a ordem. O que se propõe são as parcerias

educativas com os pais, de modo que possam instituir uma nova estabilidade que traga de volta à escola a legitimidade e a funcionalidade da instituição.

Para Antunes (2001) uma instituição de ensino é o caminho entre a família e a sociedade, pois é através dessa união que a criança desenvolve e compreende o mundo no qual está inserido; quando há colaboração escolar com os pais, são muitas as versões sobre esta nova possibilidade. A comunicação entre professor e os pais aparece na forma mais vulgar e mais antiga de colaboração. Entretanto, muitos professores não vão além dessa prática e, muitas vezes, limitam-se a ser mensageiros de más notícias; por isso muitos olham a escola com um misto de receio e de preocupação, porque são chamados pelos professores somente quando os filhos revelam problemas de aprendizagem e indisciplina.

Pode-se dizer, aponta Margareth (2010), que no mundo familiar as crianças são filhos e no mundo escolar eles são alunos. A passagem do aluno não é uma operação automática e, dependendo da distância entre o universo familiar e o escolar, pode ser traumática para as crianças que chegam a escola, pois são membros de um núcleo familiar que lhes dá um nome e um lugar no mundo. Assim quando a escola começou a se perguntar o que fazer para apoiar os professores na relação com os alunos, surgiu necessidade de interação com a família. Porém, cabe ao sistema de ensino programas políticos que ajudem as escolas a interagirem com as famílias, de modo que possam apoiar seus filhos no processo de desenvolvimento junto aos professores e à escola.

Como Margareth (2010) ressalta, a presença da família na escola nem sempre é bom indicador de interação a serviço da aprendizagem dos alunos; a escola que promove muitos eventos pode estar se comportando mais como um centro cultural social, perdendo de vista o que lhe é específico.

Portanto, acrescenta Souza (2002), é preciso que a escola preocupe-se principalmente com a educação que vai oferecer aos alunos, sendo de grande importância fazer uma diferenciação entre participação familiar nos espaços escolares e a participação na vida escolar dos filhos. É que a educação da criança depende do meio social em que ela vive, sendo que, a exemplo, as famílias de classe média sempre apresentam as melhores formas de proporcionar o ensino aos seus filhos, onde lhes darão apoio nas realizações nos trabalhos escolares e o estudo como um todo. Sendo assim, começará haver uma intensificação dos pais que proporcionam a motivação do aluno, os pais compreenderão melhor os esforços dos professores e,

em função de tudo isto, a imagem social da escola passará a ser vista como ensino de qualidade, reforçando o prestígio profissional dos professores e, com isto, a criança se desenvolverá melhor.

Enfatiza Souza (2002) que o bem-estar e o desenvolvimento da criança dependem muito da presença dos pais, devido a motivos como o mercado de trabalho, a impossibilidade de afastamento dos do local de trabalho e de sua área de habitação, muitas vezes os pais não dispõem de tempo para estar com os filhos. Essa falta de presença dos pais na vida das crianças faz com que aumente a necessidade dos professores criarem programas que aproximem as escolas das famílias, contribuindo para a recriação de pequenas comunidades de apoio aos alunos que seja uma presença forte na vida deles.

Para Margareth (2010) a educação é uma forma de se intervir no mundo e, dentro desta linha de pensamento, destaca-se a educação como forma de intervenção, onde se possa proporcionar mudanças reais na sociedade, no campo da educação e na economia. Verifica-se então que ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, uma tomada de posição e uma decisão, para que assim todas as classes possam ter uma boa educação. Para que a criança aprenda e desenvolva suas diferentes capacidades, o meio deve ser capaz de criar certas condições para a aprendizagem, pois o potencial evolutivo do meio ao qual uma criança pertence exerce influência, sendo necessário que os papéis e as atividades das quais participa sejam estimulantes para o seu desenvolvimento.

Antunes (2001) compreende que uma orientação positiva e o consenso de objetivos entre ambos os meios e um crescente equilíbrio de poderes entre estes, são essenciais para o bem da pessoa em desenvolvimento. Quando são estabelecidos vínculos deste tipo, pode-se dizer então que é necessário criar relações entre a família e a escola. É necessário que todos os pais procurem oferecer aos seus filhos o melhor de si mesmos, mas, no entanto, muitas vezes os ensinamentos passados pelos pais são contrários aos da escola, pois o que a família ensina nem sempre coincide com o que o professor considera mais adequado, ou não corresponde às prioridades da escola; muitas famílias não se preocupam realmente com a aprendizagem da criança e criam um contexto desfavorável ou frustrante para a criança.

Para Di Santo (2008) muitas vezes esta família não oferece um contexto educativo, talvez não seja porque não quer, mas em muitas situações não sabem o que fazer devido às circunstâncias que escapam à compreensão e informação. Cabe

perguntar o que a escola pode fazer por este aluno, devendo aceitar e valorizar o que a família oferece. Pela valorização do sistema escolar pode-se criar uma relação positiva entre a família e a escola, compreendendo e respeitando a forma de ensino de cada um dos lados, para o bem da aprendizagem da criança. Muitas famílias apresentam dificuldades de educar os filhos, e se apoiam na escola para introduzir o ensino e aprendizagem. Mas nem sempre este tipo de intervenção serve para modificar ou melhorar o funcionamento educativo da criança.

Em muitos casos, complementa Di Santo (2008), é necessária a intervenção psicopedagógica como mediadora da relação família e escola, para restabelecer a comunicação e a confiança entre ambos. Pois quando estabelece a confiança no sistema há uma relação duradoura entre a família e a escola, o papel educativo funciona com eficácia e, sendo assim, os pais colaboram ativamente na educação dos filhos. Esta relação entre a família e a escola se dá pelas iniciativas de interação e tem uma conexão direta com as práticas pedagógicas propriamente ditas.

Almeida (2006) acrescenta que independentemente das estratégias de aproximação das escolas dos contextos familiares dos alunos, é importante que seja pensada para incidir diretamente no conhecimento que a escola tem sobre as condições de apoio educacional que cada aluno tem na dinâmica do seu grupo familiar. Estar ciente de que a escola representa para a criança algo além e desconhecido, sendo que sua curiosidade se dá em relação ao que está fora de seu ambiente, sendo que muitas vezes, o desconhecido apresenta-se agradável. Descobrir esse desconhecido a criança se torna corajosa, com iniciativas e independência para estabelecer uma relação positiva com a professora através dos laços afetivos que proporcionarão prazer na realização das tarefas e socialização em todo segmento escolar.

É importante, enfatiza Almeida (2006), que os pais não deixem toda a responsabilidade da educação dos filhos para a escola; família e escola devem andar juntas na interação do trabalho educativo, deve ser feito juntamente, respeitando os pontos principais da formação infantil. Dessa coerência surgem a aceitação e o respeito das crianças por seus mestres.

Compreende-se que a colaboração dos pais e professores deve ser constante em benefício das obras educativas, na troca de dados que podem facilitar o entendimento e as atitudes das crianças e o seu desenvolvimento lembrando que o amor, a tranquilidade e a compreensão do lar apontam resultados positivos no

comportamento da criança. Considera-se que os pais e professores devem ser pessoas ligadas pelos mesmos anseios e ideais, caminhando paralelamente e lutando pelo mesmo objetivo, a formação educacional da criança; buscando sempre o interesse da criança dentro de sua caminhada na aquisição do conhecimento, buscando a interação a todo instante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo relatado buscou compreender qual a importância da parceria família e escola no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da Educação Infantil. Para tal, propôs, como objetivo geral, investigar sobre a importância da parceria família e escola no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da Educação Infantil.

Apurou-se que a relação escola/família é vista como um desafio no mundo atual, pois as famílias estão contribuindo muito pouco com a educação de seus filhos, devido às jornadas de trabalho. Observa-se que, sem a participação da família, a escola pouco poderá contribuir, pois a família é essencial e responsável pela formação de valores da criança. Portanto, a família é a orientadora das primeiras experiências vividas pelas crianças, pois é nela que as crianças vão se espelhar.

Presumia-se inicialmente, que a interação da família com a escola tem contribuído positivamente para o resultado do desenvolvimento global dos alunos a partir da melhoria no ensino e no aspecto emocional do aluno. O relacionamento escola/família assume grandes propostas na vida da criança, pois através de seus relacionamentos, grandes mudanças ocorrem tanto na escola, quanto na família, trabalhando assim todos os meios que possam contribuir na formação integral do educando.

Um dos objetivos específicos pretendeu conceituar historicamente a etapa denominada Educação Infantil e suas concepções. Foi possível compreender que a evolução da Educação Infantil teve como objetivo mudar a concepção da educação de crianças apenas como um conjunto de cuidados infantis, por uma prática mais cuidadora em direção à ênfase ao aspecto pedagógico desta etapa.

Em seguida, buscou-se relacionar as particularidades da relação existente entre a infância e a educação. Vale ressaltar que a família interfere muito na aprendizagem dos alunos que, a todo o momento necessitam de seu apoio. É necessário que a família e a escola procurem dar o melhor de si, ter uma relação de extrema paz e harmonia porque os objetivos de ambas as partes são iguais, que é o de proporcionar às crianças a formação que necessitam para o seu desenvolvimento integral, de forma que sejam seres evolutivos e eficazes.

Quanto ao objetivo que pretendia conhecer o aspecto histórico e legal da Educação Infantil considera-se como alcançado, pois foi apresentado um breve

retrospecto da evolução da Educação Infantil e da legislação específica, do seu surgimento aos dias atuais.

Portanto, espera-se que esta pesquisa possa contribuir também com outras investigações no meio educacional, pois falar do papel da escola e da família é muito importante uma vez que visa a qualidade de ensino e a formação de cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: Técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 2006.
- ANTUNES, Celso. **Trabalhando habilidades: construindo ideias**. São Paulo: Scipione, 2001.
- BARRETO, Ângela Maria; RABELO, Fátima. Educação Infantil no Brasil: desafios colocados. **Cadernos CEDES**, 37. Campinas: Papirus, 2009.
- BARROS, Miguel Daladier. **Educação infantil: o que diz a legislação**. 2012. Disponível em: <<http://www.lfg.com.br>> Acesso em: 04 ago. 2017.
- BORBA, Ângela Meyer. **Culturas da Infância nos espaços-tempos do brincar: um estudo com crianças de 4-6 anos em instituições públicas de educação infantil**. Rio de Janeiro: UFF, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998, volume: 1 e 2.
- DEL PRIORI, Mary. **Educação infantil no decorrer da história**. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.
- DI SANTO, Joana Maria R. **Família e Escola: relação de ajuda**. São Paulo: Atlas, 2008.
- DUARTE, Luíza Franco. **Desafios e Legislações na Educação Infantil**. 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3121/342>> Acesso em: 03 jul. 2017.
- HOFFAMAN, Mary. **O grande e maravilhoso livro da família**. São Paulo: Moderna, 2010.
- KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 2003.
- MARAFON, Danielle. **Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as ideias e as políticas públicas para a infância**. 2011. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../ZjxYEbbk.doc> Acesso em: 03 jul. 2017.
- MARGARETH, Jane. **Interação escola família**. Brasília: Brasiliense, 2010
- MATTIOLI, Olga Ceciliatto. Instituições de Educação Infantil: suas histórias e significado. In: **Revista Perfil**. Assis, SP, 2004.

MELO, Elisabete Carvalho de. **Atividades de letramento em salas de educação infantil.** 2010. Disponível em: <alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/.../sm10ss07_04.pdf> Acesso em: 04 jul. 2017.

MOYELES, Janet. **Só brincar?** O papel do brincar na Educação Infantil. São Paulo. Artes Médicas, 1995.

NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. **A educação pré-escolar:** fundamentos e didática. 3.ed. São Paulo: Ática, 2007.

NOVELLO, Sandra Maria Faria. **Escola e Família.** São Paulo: Editora Abril, 1997.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Eloísa Tadeu. Brincar, brinquedo, brincadeira, jogo, lúdico. **Presença Pedagógica.** Belo Horizonte. V.7. Nº. 38, mar/abr.2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23.ed. Revisão atual – São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Antônio Marcos de. **O valor da relação escola/família.** São Paulo: Moderna, 2002.

SOUZA, Maria Clara Bernardes R. **A concepção de criança para o Enfoque Histórico-Cultural.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. 2007. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos.../souza_mcbr_dr_mar.pdf> Acesso em: 04 jul. 2017.